

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP**  
**Faculdade de Ciências e Letras - Campus de Araraquara**

**TAINA VIEIRA DONZELI**

**EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: UM  
ENSAIO TEÓRICO SOBRE O RELATÓRIO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO**

Araraquara  
2025

**TAINA VIEIRA DONZELI**

**EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: UM  
ENSAIO TEÓRICO SOBRE O RELATÓRIO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de mestre em Educação Sexual.

Área de Concentração: Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade

Orientador(a): Prof. Dra. Josiane Cristina Bocchi

Coorientador(a): Prof. Dra. Ana Paula Leivar Brancaloni

Araraquara

2025

D689e Donzeli, Taina Vieira  
Educação sexual emancipatória e os desafios contemporâneos: Um ensaio teórico sobre o Relatório das Ofensivas Antigênero / Taina Vieira Donzeli. -- Araraquara, 2025  
48 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara  
Orientadora: Josiane Cristina Bocchi  
Coorientadora: Ana Paula Leivar Brancaleoni

1. educação sexual emancipatória. 2. ofensivas antigênero. I. Título.

### **IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA**

Espera-se que esta pesquisa contribua para o aprofundamento das reflexões acerca do papel da educação sexual, quando conduzida de forma crítica e emancipatória, como estratégia para enfrentar e minimizar os desafios sociais e culturais característicos da contemporaneidade.

### **POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH**

This research is expected to contribute to the advancement of reflections on the role of sexual education, when approached in a critical and emancipatory manner, as a strategy to address and mitigate the social and cultural challenges characteristic of contemporary times.

**TAINA VIEIRA DONZELI**

**EDUCAÇÃO SEXUAL EMANCIPATÓRIA E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS: UM  
ENSAIO TEÓRICO SOBRE O RELATÓRIO DAS OFENSIVAS ANTIGÊNERO**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Área de Concentração: Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Data da defesa: 26/06/2025

Banca Examinadora:

---

Profª. Dra. Josiane Cristina Bocchi  
UNESP - FC- Campus de Bauru

---

Profª. Dra. Ana Paula Leivar Brancaleoni  
UNESP – Campus de Jaboticabal

---

Prof. Dr. Vagner Sergio Custodio  
Faculdade de Engenharia e Ciências de Rosana

---

Prof. Dr. Pedro Henrique Santos Decanini Marangoni  
UNESP - FC - Campus Bauru

Dedico este trabalho a todos que, com seu apoio e contribuição, tornaram possível sua concretização.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pela força a mim concedida.

Aos meus pais, pela excelente educação que me deram, pelos valores transmitidos, e que mesmo sem compreenderem com clareza a dimensão dos meus estudos, estiveram presentes o tempo todo, através dos seus ensinamentos.

Ao Tiago, meu noivo, pelo incentivo, por abraçar junto comigo meus sonhos, pela companhia em tantas viagens até Araraquara e nas intermináveis horas de estudo, pela paciência quando o cansaço e o stress emergiam em meus dias.

À Paloma que me deu um dos maiores presentes da minha vida, a benção de ser a Dinda.  
À Maria Luiza, que desde tão pequena me desperta um amor tão genuíno.

À Taís e ao Lucien, que através da flexibilidade me ajudaram a tornar possível a conclusão deste mestrado.

À Jane, Juliana e Lilian, cujos ensinamentos e partilhas tornaram meu caminho mais sereno.

À UNESP/ FCLAR, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, aos professores e todos demais funcionários pelos conhecimentos compartilhados, e atenção dispensada.

À Professora Doutora Josiane Cristina Bocchi, que mesmo diante dos obstáculos esteve junto a mim, me orientando e contribuindo para a minha formação.

À Professora Doutora Ana Paula Leivar Brancaleoni, pela dedicação em me auxiliar no desenvolvimento deste trabalho.

“é bem certo que as palavras nunca estão à altura da grandeza dos momentos.”

José Saramago (1994, p.126)



## RESUMO

Esta dissertação se propõe a investigar de que modo as ofensivas antigênero repercutem no desenvolvimento e na prática da educação sexual emancipatória na contemporaneidade, tendo como base o Relatório “Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação e mobilização social” (2021). Esse documento, elaborado por diversas organizações da sociedade civil, fez um balanço das ofensivas antigênero no Brasil entre 2019 e 2021. Ele aborda a importância da educação sexual emancipatória como ferramenta para promover a igualdade de gênero, o respeito à diversidade, a quebra de estigmas e preconceitos. Nesta pesquisa, foram analisadas as estratégias de censura e exclusão, bem como a influência do neoconservadorismo no desenvolvimento das políticas públicas. Examinou-se também as implicações dessas ofensivas para a garantia dos direitos de mulheres e de grupos LGBTQIAPN+. O objetivo foi analisar os impactos das ofensivas antigênero na possibilidade de promoção de uma educação sexual emancipatória. Na metodologia utilizada, através da categorização, buscou-se delimitar e discutir o modo como as ofensivas antigênero influenciam em três áreas específicas: restrição à formação crítica dos estudantes, perpetuação da discriminação e da exclusão, censura de debates sobre gênero e sexualidade contribuindo para a desinformação.

**Palavras-chave:** educação sexual emancipatória; ofensivas antigênero

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to investigate how anti-gender offensives impact the development and practice of emancipatory sex education in contemporary times. It is based on the report "Anti-Gender Offensives in Brazil: State policies, legislation and social mobilization" (2021). This document, prepared by several civil society organizations, took stock of the anti-gender offensives in Brazil between 2019 and 2021. It addresses the importance of emancipatory sex education as a tool to promote gender equality, respect for diversity, and the breaking of stigma and prejudice. In this research, the strategies of censorship and exclusion were analyzed, as well as the influence of neoconservatism on the development of public policies. We also examined the consequences of anti-gender offensives for guaranteeing the rights of women and LGBTQIAPN+ groups. The objective of this research was to analyze the impacts of anti-gender offensives on the possibility of promoting an emancipatory sexual education. In the methodology adopted, through categorization, it was sought to delimit and discuss how the offensive anti-gender influence in three specific areas: restriction of critical training of students, perpetuation of discrimination and exclusion, censorship of debates about gender and sexuality contributing to disinformation.

Keywords: emancipatory sex education; offensive anti-gender

## **LISTA DE FIGURAS**

|                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Mulheres que declaram ter sofrido violência por homem | 20 |
| Figura 2 – Tipos de violência sofridas pelas mulheres            | 21 |
| Figura 3 – Linha do tempo                                        | 31 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|             |                                                                                                                                   |
|-------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ABGLT       | Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos                                          |
| ANPPGP      | Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia                                                                     |
| ANTRA       | Associação Nacional de Travestis e Transexuais                                                                                    |
| BNCC        | Base Nacional Comum Curricular                                                                                                    |
| CELAM       | Conferência dos Bispos Católicos Latino-americanos                                                                                |
| ESMPU       | Escola Superior do Ministério Público da União                                                                                    |
| IBGE        | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                                                                                   |
| IST         | Infecções Sexualmente Transmissíveis                                                                                              |
| LDB         | Lei de Diretrizes e Bases                                                                                                         |
| LGBTQIAPN + | Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, queer, intersex, assexuais, pansexuais, não-binárias e demais orientações sexuais/ gêneros |
| LGBTIfobia  | Fobia a lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexos e outras identidades de gênero e orientações sexuais       |
| MEC         | Ministério da Educação                                                                                                            |
| MMFDH       | Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos                                                                                  |
| ODS         | Objetivos do Desenvolvimento Sustentável                                                                                          |
| ONU         | Organização das Nações Unidas                                                                                                     |
| OMS         | Organização Mundial da Saúde                                                                                                      |
| PCN         | Parâmetros Curriculares Nacionais                                                                                                 |
| PeNSE       | Pesquisa Nacional de Saúde Escolar                                                                                                |
| PNE         | Plano Nacional de Educação                                                                                                        |
| PSD PA      | Partido Social Democrático - Pará                                                                                                 |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Apresentação.....                                                                                                        | 13 |
| 1. Introdução .....                                                                                                      | 14 |
| 2. Objetivos .....                                                                                                       | 18 |
| 3 - Educação Sexual Emancipatória E Ofensivas Antigênero .....                                                           | 19 |
| 3.1 Educação Sexual Emancipatória: histórico e fundamentos.....                                                          | 22 |
| 3.2 – As Ofensivas antigênero .....                                                                                      | 28 |
| 3.3 Análise Documental .....                                                                                             | 30 |
| 4. Trajetória Metodológica.....                                                                                          | 35 |
| 5. Discussão crítica após análise do relatório.....                                                                      | 36 |
| 5.1 Apresentando o relatório “Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, legislação, mobilização social” ..... | 36 |
| 5.2 Educação sexual emancipatória nas baías dos ataques antigênero.....                                                  | 36 |
| 5.2.1 Restrição à formação crítica dos estudantes .....                                                                  | 37 |
| 5.2.2 Perpetuação da discriminação e da exclusão .....                                                                   | 39 |
| 5.2.3 Censura de debates sobre gênero e sexualidade contribuindo para a desinformação .....                              | 41 |
| 6. Considerações Finais .....                                                                                            | 44 |
| 7. Referências.....                                                                                                      | 46 |

## **Apresentação**

O interesse por esta pesquisa surgiu a partir de anseios provocados nesta pesquisadora através das vivências do cotidiano escolar enquanto docente, ao observar nos alunos muitas dúvidas a respeito do seu desenvolvimento sexual, orientação sexual e dinâmicas nos relacionamentos. É notável também em todos os segmentos da educação, profissionais que não receberam formação e/ou capacitação para compreender e saber lidar com essas questões relativas à sexualidade. Com formação em Magistério, além de formação em nível superior em Ciências Biológicas, inicialmente atuando como docente nos anos iniciais da formação básica, o desejo de trabalhar com adolescentes foi tardio. Após muitos anos de trabalho com crianças, surgiu a oportunidade de lecionar para os anos finais da educação básica, neste trabalho, com o convívio diário com adolescentes, participando do desenvolvimento da sexualidade, percebendo as inseguranças e principalmente as dificuldades enfrentadas ao se deparar com preconceito e desinformação da sociedade, tive despertada a vontade de estudar e me aprofundar nos estudos sobre educação sexual e como ela pode auxiliar a reduzir a discriminação e o preconceito no tocante à sexualidade.

Atualmente trabalho como docente da área de Ciências da Natureza, na rede pública do Estado de São Paulo. Mediante relatos dos próprios alunos, fica cada vez mais evidente a necessidade que estes têm de contarem com uma pessoa de confiança e com formação adequada que possa auxiliá-los nas dúvidas relacionadas ao desenvolvimento do corpo, suas relações amorosas e sexualidade.

Ingressei em 2022 como aluna regular no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, onde novos conhecimentos vieram completar a minha prática pedagógica e principalmente, transformar o meu olhar para o mundo.

## 1. Introdução

A educação sexual constitui um campo que fornece subsídios para a formação de pessoas conscientes e preparadas para abordar questões físicas, emocionais, de relacionamento e sexuais de forma mais saudável e responsável. Para além de contribuir para a saúde individual, ela também se coloca como estratégia para a construção de uma sociedade mais igualitária e livre de discriminações. Furlani (2017) classifica a educação sexual contemporânea em oito abordagens e defende que seu ensino deve se basear em um arcabouço teórico consistente, indo além dos conceitos biológicos. Para Melo (2002) “...uma abordagem de Educação Sexual emancipatória é visualizada como uma intervenção qualitativa, intencional, no processo educacional [...] que busca desalojar certezas, desafiar debates e reflexões [...] contribuindo na busca pela cidadania para todos” (p. 37-38). A educação sexual emancipatória pode vir a quebrar paradigmas, romper com a invisibilidade de temas historicamente silenciados e propor às pessoas que sejam ou tornem-se questionadoras, enfrentando preconceitos e desigualdades que estruturam as relações sociais, auxiliando, por fim, na promoção de uma sociedade mais justa.

Por vezes, a educação sexual ainda é encarada de maneira tímida ou simplesmente ignorada, dando margem para a desinformação e para o surgimento de mitos e tabus. A promoção de uma educação sexual abrangente que respeite a diversidade, e seja fundamentada nos direitos humanos, contribui para salvaguardar o bem-estar físico, mental e social das pessoas. A ausência de uma abordagem ampla e estruturada favorece a disseminação de desinformações, comprometendo o bem-estar das pessoas, sobretudo em contextos marcados pela desigualdade e intolerância.

“Apesar de a sexualidade ser um componente universal da existência humana e sua manifestação ser importante para o seu equilíbrio biopsicossocial, ainda há dificuldade para dela falar ou com ela lidar. Será pelo receio de que, ao assim fazer, também seriam desvelados os nossos valores, comportamentos, interesses e frustrações sexuais? Independente de ser esta a explicação, a sexualidade humana ainda é mantida sob o controle de mitos, tabus e repressões sociais” (Ferreira, 2009, p.40).

A sexualidade, em sua essência, pode ser compreendida como uma dimensão plural e multifacetada da experiência humana, moldada por uma extensa variedade de valores culturais, éticos e morais (Figueiró, 2009). O campo da sexualidade envolve o ser humano ao longo de sua trajetória, desde o seu nascimento, influenciando a forma como ele se relaciona consigo mesmo com o mundo ao seu redor.

A educação sexual, por sua vez, emerge como um processo fundamental para a compreensão e vivência saudável da sexualidade. Ela abrange não apenas o conhecimento sobre o corpo e as relações sexuais, mas também a construção de atitudes, valores e comportamentos que norteiam a forma como cada indivíduo se expressa e se relaciona. Nesse sentido, Maia e Ribeiro (2011) destacam a importância de se considerar a sexualidade em sua totalidade, desde os primeiros anos de vida: “...as atitudes e valores, comportamentos e manifestações ligadas à sexualidade que acompanham cada indivíduo desde o seu nascimento são especificamente os elementos básicos do processo que denominamos educação sexual” (p. 76). Ou seja, a educação sexual não se resume a um conjunto de informações transmitidas em um determinado momento, mas sim a um processo contínuo de construção de conhecimento, valores e atitudes que se inicia na infância e se estende por toda a vida. Portanto, a forma como as relações são discutidas e os temas relacionados à sexualidade são abordados – ou negligenciados – desempenha um papel crucial na formação do indivíduo e em sua capacidade de vivenciar a sexualidade de forma plena, saudável e responsável.

No Brasil, temos alguns documentos que orientam a inserção da educação sexual no contexto escolar, porém, não há uma legislação específica para a sua regulamentação. O Ministério da Educação se manifestou a respeito do assunto na década de 90, acontecendo em 1997 a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento que serviu de base para construção dos currículos escolares e que foi onde sexualidade e gênero tiveram maior destaque considerando o contexto escolar (Barbosa et al, 2019). No entanto, cabe mencionar que, apesar dos avanços, há legislações e movimentos conservadores que buscam restringir a educação sexual e promover um retrocesso nos direitos conquistados, indicando que há uma lacuna entre o discurso e a prática.

A nível mundial, a educação sexual está incluída nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). O objetivo 4 que contempla a Educação de Qualidade, em suas metas menciona a igualdade de gênero, garantindo as mesmas condições de estudo para meninas e para meninos. O objetivo 5 traz metas relacionadas à Igualdade de Gênero e aborda a valorização do trabalho doméstico, a eliminação de práticas nocivas contra mulheres, a garantia de participação em tomadas de decisão e, na meta 5.c, prevê “Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis” (Nações Unidas Brasil, n.d.). De acordo com o Relatório Luz (V Relatório luz da sociedade civil, 2021), publicado em 2021, o Brasil não tem progredido de maneira



satisfatória em nenhuma das 169 metas. No que tange à meta 5.c, houve um retrocesso, em 2020 o governo brasileiro deixou de executar 38,7% do valor que foi autorizado para tal finalidade. Para garantir um avanço nessas metas são necessários investimentos e a execução de políticas públicas bem estruturadas, porém, o atual cenário político, com ascensão do conservadorismo, e os ataques aos movimentos que buscam igualdade de direitos, não demonstra ter interesse ou preocupação com tais temas.

“O negacionismo científico e a misoginia estruturam o perfil de alto escalão do governo federal e impedem a interseccionalidade de gênero, raça, etnia e classe na implementação de políticas públicas, aumentando a violência e o trabalho infantil dentro e fora do ambiente doméstico, a evasão escolar e as múltiplas jornadas de trabalho comuns a todas as mulheres. O resultado, antecipado e denunciado em Relatórios Luz anteriores, é devastador: as mulheres e meninas a cada dia ficam mais para trás, perdendo seus direitos e suas vidas” (V Relatório luz da sociedade civil, 2021, p.34)

A educação sexual de caráter emancipatório configura-se como um instrumento central na desconstrução de modelos sociais normativos que reproduzem práticas misóginas. Esta, por sua vez, floresce na ignorância e desinformação, alimentada por um sistema educacional que frequentemente negligencia ou distorce informações cruciais sobre sexualidade e gênero.

Um dos principais obstáculos à implementação efetiva da educação sexual é o preconceito social arraigado, fomentado pelo conservadorismo. Este preconceito se manifesta no mito de que a educação sexual induz à “precocidade sexual indesejada” (Furlani, 2005, p. 136) entre os estudantes. Tal crença distorcida obscurece o verdadeiro propósito da educação sexual emancipatória, que é fornecer informações precisas e promover o desenvolvimento de habilidades essenciais para a tomada de decisões informadas e responsáveis sobre sexualidade. Estudos demonstram que a educação sexual, quando trabalhada de maneira emancipatória, contribui para a formação crítica das pessoas, podendo inclusive, retardar o início das atividades sexuais. É importante que crianças, jovens e adultos tenham acesso a informações precisas e abrangentes sobre a sexualidade, para que possam desenvolver uma compreensão saudável e respeitosa de si mesmos e dos outros.

O crescimento do conservadorismo é uma ameaça à possibilidade de efetivação de uma educação sexual emancipatória. A ascensão de grupos conservadores tem levado a uma maior resistência à discussão de temas como sexualidade, gênero e direitos reprodutivos, o que pode gerar consequências negativas para a sociedade, a influência desses grupos na política e na

educação pode levar a uma maior censura e restrição à liberdade de expressão, o que pode dificultar a efetivação de uma educação sexual que seja inclusiva, respeitosa e emancipatória.

De acordo com Figueiró (2009), educar sexualmente envolve conteúdos que vão muito além do corpo físico, na busca por abrir espaço para a expressão de sentimentos, para a discussão sobre preconceitos e para questionar padrões, possibilitando às pessoas serem protagonistas da própria vida. Considerando que o conservadorismo é uma ideologia que se pauta na manutenção das tradições, e tende a ser contrário a mudanças (Dicio, s.d.) ele conduz ao oposto do que é proposto na educação sexual emancipatória pois quer ter domínio sobre as pessoas, e impor suas crenças e padrões, anulando a diversidade existente. Perante o exposto, o conservadorismo tem se constituído como um obstáculo para a execução de uma educação sexual emancipatória.

Ao enfrentar desafios e desenvolver abordagens inovadoras, podemos trabalhar para criar uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos tenham acesso a uma educação libertadora e vivam vidas mais plenas e saudáveis. Discutir o desenvolvimento da sexualidade na contemporaneidade e o modo como as identidades de gênero são construídas dentro do contexto social é essencial para compreender com o as pessoas abordam a sua sexualidade e como a sociedade influencia esta relação, permite uma reflexão crítica sobre os padrões e normas que regem a sexualidade e a identidade de gênero, e como podemos trabalhar para promover uma maior inclusão, diversidade e respeito pela diferença. Neste sentido, este trabalho se propõe a investigar como o crescimento do conservadorismo ameaça a possibilidade de efetivação de uma educação sexual emancipatória e refletir a acerca dos movimentos sociais que lutam pela igualdade de direitos e suas preocupações no que tange à efetivação dos direitos humanos.

Através da análise, sistematização e discussão, pretende-se reunir um conjunto de dados e reflexões que poderão contribuir para o aprofundamento teórico e prático acerca das tensões entre a educação sexual emancipatória e as políticas antigênero no contexto educacional contemporâneo. Desta forma, a justificativa desta pesquisa baseia-se na urgência de enfrentar discursos conservadores que buscam restringir a abordagem de gênero e sexualidade nas escolas, comprometendo princípios fundamentais de equidade, cidadania e formação crítica.

Diante do exposto, evidencia-se a questão: quais são os efeitos das ofensivas antigênero na possibilidade de promoção de uma educação sexual emancipatória?

O Capítulo 1 oferece um aprofundamento teórico sobre o conceito de educação sexual emancipatória, abordando seu histórico e as principais concepções desenvolvidas por diversos

autores ao longo do tempo. Além disso, o capítulo introduz o conceito das ofensivas antigênero, explorando seu surgimento histórico, as práticas que as caracterizam e as consequências dessas ofensivas no cenário contemporâneo, com ênfase na maneira como elas impactam as políticas educacionais e as relações de gênero nas escolas.

O Capítulo 2 apresenta a trajetória metodológica adotada na pesquisa, a qual se fundamentou na leitura e na categorização temática dos dados. Essa abordagem teve como objetivo delimitar e analisar de que maneira as ofensivas antigênero impactam três áreas específicas: a restrição à formação crítica dos estudantes; a perpetuação de práticas discriminatórias e excludentes; e a censura de debates acerca de gênero e sexualidade, o que contribui significativamente para a desinformação.

O Capítulo 3 apresenta o relatório "Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação e mobilização social", e articula com o contexto da educação sexual emancipatória através de três categorias que foram previamente delineadas.

## 1.2 Objetivos

Objetivo geral:

Analisar os impactos das ofensivas antigênero na possibilidade de promoção de uma educação sexual emancipatória, no país, tendo por recorte os dados apresentados no relatório “Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação e mobilização social” (2021).

Objetivos específicos:

- Caracterizar a educação sexual emancipatória, apresentando seus fundamentos;
- Apresentar e analisar o documento, elaborado em conjunto por diferentes organizações civis, que realizou um balanço das estratégias de ataque à questão do gênero no Brasil entre 2009 e 2021, o “Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação e mobilização social” (2021), buscando compreender em que medida os fundamentos da educação sexual emancipatória foram comprometidos;
- Identificar impasses e desafios, a partir dos dados apresentados pelo relatório, para a garantia de uma educação sexual emancipatória.

## **2 - Educação Sexual Emancipatória E Ofensivas Antigênero**

A educação sexual emancipatória busca alternativas para desenvolver abordagens inovadoras e eficazes para a superação dos desafios contemporâneos. Esta abordagem baseia-se na ideia de que a sexualidade é parte integrante da experiência humana e que todos têm direito a uma educação que respeite e valorize a sua diversidade.

A educação sexual, ainda que pouco discutida e mesmo com uma crescente nas pesquisas e estudos na área, é tema fundamental para o desenvolvimento integral dos indivíduos. Figueiró (1996), ao analisar a produção teórica no Brasil sobre educação sexual expôs uma preocupação: a baixa qualidade dos estudos produzidos, a pouca seriedade no tratamento do tema, comparando-o a um tema “café com leite”. Para além do compartilhamento de informações meramente biológicas, a educação sexual precisa estar apoiada em atitudes e valores individuais sem perder o foco da coletividade, levando em consideração o contexto social, histórico e político, além de evidenciar a importância da partilha de saberes e sentimentos, da liberdade, do autocuidado e do amor. Maia e Ribeiro apontam que “as atitudes e valores, comportamentos e manifestações ligados à sexualidade que acompanham cada indivíduo desde o seu nascimento constituem os elementos básicos do processo que denominamos educação sexual” (2011, p. 76).

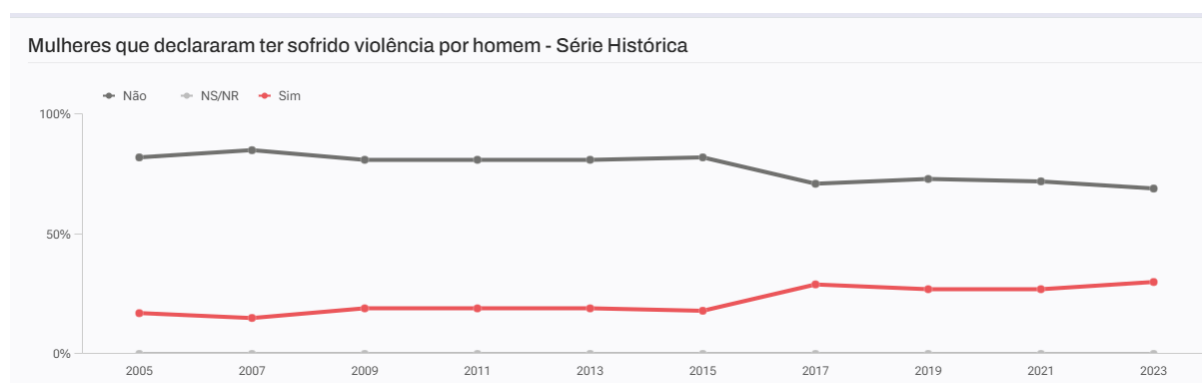
Para o desenvolvimento de trabalhos em Educação Sexual, principalmente quando desenvolvido com jovens e adolescentes, a abordagem do tema trazendo a liberdade e a responsabilidade para o centro das discussões contribui para a autonomia e para a tomada de decisões mais assertivas. Para Saito “a proposta da educação sexual deve conter liberdade, responsabilidade e compromisso, a informação funcionando como instrumento para que adolescentes de ambos os sexos possam ponderar decisões e fazer escolhas mais adequadas” (2000, p. 46).

Considerando que a educação sexual emancipatória ultrapassa a transmissão de informações e contribui para o bem-estar e a formação crítica dos sujeitos (Figueiró, 2011), a sua carência pode causar uma série de prejuízos para os indivíduos e para a sociedade como um todo, incluindo a perpetuação de estereótipos de gênero, práticas discriminatórias e a violência sexual ou de gênero. A falta de orientação adequada frequentemente conduz à reprodução de informações equivocadas, influenciando comportamentos de risco, como infecções sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e violência sexual e de gênero. No Brasil, a educação sexual tem progredido de forma lenta, suscitando preocupações sobre as

consequências dessa falta de ação, como a alta incidência de violência contra mulheres, crianças e pessoas LGBTQIAPN+, além dos altos índices de estupros. É urgente que algo seja feito para reverter esta situação (Figueiró, 2016).

Segundo o Mapa Nacional da Violência de Gênero, no ano de 2023, mais de 25 milhões de mulheres declararam terem sofrido violência doméstica e familiar, um número alarmante que reflete a necessidade de uma educação sexual emancipatória, capaz de dismantelar os padrões de dominação e desigualdade que perpetuam a violência de gênero. A análise longitudinal desses dados revela um crescimento significativo desses casos, evidenciando o agravamento da situação ao longo dos anos, o que aponta para a importância de abordar a ausência da educação sexual como um fator contribuinte para essa problemática, ou ainda, a necessidade de se discutir quais abordagens de educação sexual têm sido utilizadas nos sistemas de ensino. O gráfico abaixo apresenta os dados com mais detalhes:

**Figura 1** – Mulheres que declaram ter sofrido violência por homem

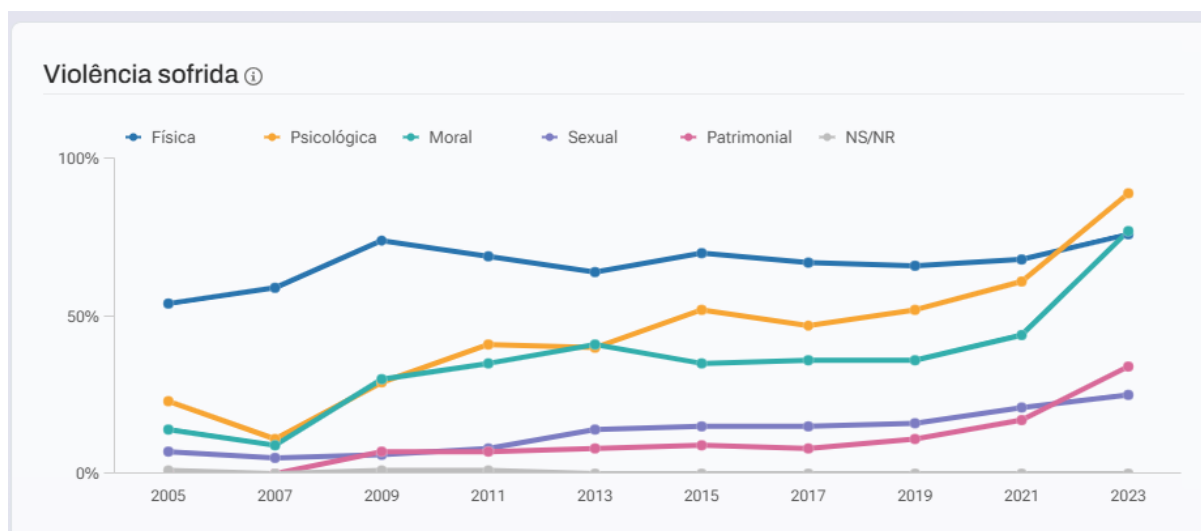


Fonte:

<https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/#/pesquisanacional/pesquisa>

Os tipos de violência sofridos pelas mulheres variam, sendo os principais: a violência psicológica e a violência física, situação que diz respeito à ausência ou insuficiência das práticas de uma educação sexual no contexto de promoção da autonomia, da liberdade e da igualdade de gênero, desafiando os padrões de dominação e desigualdade que perpetuam tais formas de violência. A educação sexual emancipatória também é responsável pelo empoderamento das mulheres, além de ser uma ferramenta na prevenção e identificação da violência psicológica, ajudando as pessoas a desenvolverem habilidades críticas para reconhecer e resistir à manipulação e ao controle. O gráfico abaixo evidencia os principais tipos de violência sofrida pelas mulheres.

Figura 2: Tipos de violência sofridas pelas mulheres



Fonte:

<https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/#/pesquisanacional/pesquisa>

O cenário é igualmente preocupante quando se analisa os dados do Observatório de Mortes e Violências LGBTIAPN+ no Brasil. No ano de 2023, ocorreram 230 mortes LGBTIAPN+ de forma violenta no país, dessas 184 foram assassinatos e 18 foram suicídio (Observatório de Mortes e Violências LGBTIAPN+). Estes números refletem os impactos da exclusão, do preconceito e da ausência de políticas públicas inclusivas.

Outro dado que merece atenção refere-se à Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com adolescentes em idade escolar, matriculados no nono ano. A pesquisa mostrou que 30,5% dos adolescentes já tiveram relação sexual, com prevalência entre os meninos. O início da vida sexual cada vez mais cedo, pode colocar os adolescentes em um nível de grande exposição, considerando sua inexperiência e sensação de invulnerabilidade (Malta, 2011). De acordo com Malta, esse início precoce pode ser “determinado por muitas formas de desigualdade, se analisado por gênero, raça/cor, escolaridade e condição socioeconômica. Estas desigualdades influenciam as relações de saúde desta população, acarretando piora dos indicadores de morbimortalidade” (Malta, 2011, p. 148). A falta de educação sexual, por sua vez, pode ser interpretada como uma falha de cobertura e extensão das políticas públicas, tendo como pano de fundo uma ascensão do conservadorismo e do fundamentalismo em nosso país nas últimas décadas.

Neste contexto, a abordagem da educação sexual de forma integral e inclusiva, levando em consideração a diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero contribui na promoção da educação sexual como um direito humano.

## **2.1 Educação Sexual Emancipatória: histórico e fundamentos**

A história da educação sexual no Brasil é assinalada por avanços e retrocessos, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais que o país passou desde o marco do Brasil colônia. Abordaremos esta história destacando 6 momentos.

Na época da Colônia, no século XVI, o comportamento sexual das pessoas do sexo masculino podia ser considerado bastante libidinoso, sendo comum as relações com as indígenas e escravizadas, prática sexual a partir da qual os jovens tinham a finalidade de provar sua masculinidade; simultaneamente, à mulher branca cabia a submissão e a aceitação da dominação.

Neste momento a Igreja Católica interferiu condenando tais práticas sexuais, o que pôde ser considerado um primeiro momento da educação sexual no Brasil (Ribeiro, 2004). A conexão entre sexo e pecado e o sentimento de culpa, permitiram à igreja dominar a população (Ribeiro, 2004).

Os séculos XVII e XVIII apresentaram poucas mudanças. O segundo momento da educação sexual no Brasil aconteceu no século XIX com o surgimento do higienismo, quando o foco passa a ser o discurso médico com o objetivo de prevenir doenças, pautado em teses, livros e manuais, e os comportamentos libidinosos deixam de ser vistos como pecado (Ribeiro, 2004).

De acordo com Ribeiro (2024), o terceiro momento da educação sexual no Brasil, do século XIX ao início do século XX, marca uma intensificação da conexão entre sexualidade e medicina, resultando no surgimento da sexologia e na publicação de muitos livros pela comunidade médica, católica e por professores (Ribeiro, 2004). Conforme dito por Figueiró “ao adentrar no século XX, em decorrência da modernização da vida brasileira e, conseqüentemente, das mudanças que se processaram na higiene e medicina, deu-se a modernização da vida sexual, em que o sexo passou a ser debatido publicamente e a informação objetiva, pautada em estudos científicos, começou a ser valorizada, em contraposição às superstições e à ignorância” (Figueiró, 1996, p. 53).

Nesse contexto, segundo Figueiró “a década de 60 foi o período em que se deu a realização do maior número de trabalhos nas escolas” (Figueiró, 1996, p.53) marcando o

início do quarto momento da educação sexual no Brasil, com a introdução do tema nos currículos escolares de diversas instituições, nas principais capitais do país.

Na contramão desta conquista o Projeto de Lei nº 1.035/1968, apresentado pela deputada Júlia Steimbruck, que tornava obrigatória a introdução da educação sexual nas escolas de nível primário e secundário em todo o território nacional foi arquivado (Ribeiro, 2004).

O regime militar instaurado pelo golpe de 1964 além de suprimir manifestações políticas e reduzir as liberdades também restringiu a expressão da sexualidade e comportamentos associados ela.

O quinto momento da educação sexual no Brasil, tem início em 1980 e vai até 2000, em significativa ascensão, este período foi marcado pela implementação de grandes projetos de educação sexual nas escolas, entre eles o projeto desenvolvido em Campinas de 1984 a 1998, com maior duração (Ribeiro, 2004). No início da década de 80 há um aumento significativo de publicações sobre educação sexual no Brasil em decorrência da abertura política da época, foram publicações científicas e acadêmicas que evidenciaram a conquista de mais espaço juntamente com maior valorização do tema, em contrapartida nota-se que na década de 70 há pouca produção, a ditadura militar e as repressões políticas e sociais coibiram as discussões acerca da sexualidade (Figueiró, 1996).

Houve também a criação de serviços de assistência aos adolescentes.

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), em 1996, e a implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais em 1997, oficializaram a educação sexual em nível nacional. Ambos os documentos com grande importância marcaram o sexto momento da educação sexual no país (Ribeiro, 2004). Embora alguns autores citem que na LDB há uma preocupação em relação aos adolescentes viverem sua sexualidade de maneira plena e segura, analisando o documento, a palavra diversidade aparece três vezes, e em nenhuma delas está relacionada à sexualidade. No referido documento são abordadas a diversidade étnico-racial, a diversidade humana relacionada às pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva; e o respeito à diversidade cultural religiosa (Brasil, 1996). As palavras gênero e sexualidade não aparecem nenhuma vez. A palavra orientação aparece algumas vezes, com sentido voltado à orientação educacional.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem o tema educação sexual como um tema transversal, ou seja, pode ser ministrado em diversas áreas do conhecimento, não sendo necessário que o tema esteja concentrado em uma disciplina ou projeto pedagógico



específico. O documento inclui a educação sexual como parte do currículo escolar, promovendo a compreensão e o respeito pela diversidade sexual (Brasil, 1997).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tendo a sua terceira e última versão lançada em 2018, tem como finalidade orientar a elaboração dos currículos, buscando reduzir as desigualdades entre os sistemas de ensino. A BNCC apresenta: “A educação, compreendida como direito humano, individual e coletivo, habilita para o exercício de outros direitos, e capacita ao pleno exercício da cidadania” (Brasil, 2018). Porém, ao analisar tal documento com o foco na educação sexual emancipatória, fica claro que o tema da educação sexual não está presente em nenhum dos níveis de ensino. Em sua versão final, a sexualidade é abordada apenas no oitavo ano, no componente curricular Ciências da Natureza, com ênfase nos aspectos reprodutivos, na prevenção às IST's e no desenvolvimento biológico dos adolescentes. À luz dos tópicos previstos na BNCC, observa-se que a abordagem da educação sexual não alcança plenamente seu propósito mais amplo, qual seja, o de assegurar aos estudantes da Educação Básica no Brasil o acesso às aprendizagens consideradas essenciais.

Considerando avanços e retrocessos, a educação sexual no Brasil ainda enfrenta desafios significativos, o conservadorismo, a falta de recursos, a formação incipiente de professores são alguns obstáculos a serem superados.

Levando em consideração todos esses avanços e retrocessos, ao refletir em Cavalcanti (1993) chegamos aos questionamentos: o que faz com que a educação sexual seja eficiente? E o que é ser eficiente? O autor exemplifica esses questionamentos com a situação da gravidez indesejada na adolescência, mesmo com números crescentes, ao serem questionados, a grande maioria dos adolescentes conhecem e sabem usar métodos contraceptivos. Essa gravidez indesejada, foi indesejada por quem? Pela sociedade ou pelos adolescentes? É importante considerar que, mesmo com diversos riscos e com as dificuldades sociais decorrentes de se ter um filho, uma parcela das adolescentes optou por gestar. Neste ponto, incluímos uma outra importante reflexão, trazida através de Saito e Leal sobre a busca da identidade, o vínculo com o grupo e a vivência temporal singular como sendo fatores influenciadores para a tomada de decisão durante a adolescência.

“Assim, é importante levar em conta a busca da identidade com questionamentos dos padrões familiares e, portanto, da autoridade dos pais, unida à ideia de indestrutibilidade que faz com que os jovens se arrisquem em desafios inconsequentes. O marcante vínculo com o grupo proporciona a noção de força que vem dos pares; para serem aceitos, os adolescentes assumem atitudes para as quais, muitas vezes, não estão preparados. Na vivência temporal singular, misturam-se ansiedade, desejo de viver tudo

rápido e intensamente, não havendo lugar para a espera ou julgamentos” (Saito e Leal, 2000,p.46).

Para Cavalcanti, o que define a prática ou não de uma ação é a atitude, e essa atitude “depende muito de suas vivências e da aprendizagem no meio social” (Cavalcanti, 1993, p.166). Retomando o exemplo da gravidez indesejada, a atitude vinculada às vivências e ao contexto social que irá definir o uso ou não de métodos contraceptivos. De forma a contribuir para uma tomada de decisão mais consciente, vem a educação sexual emancipatória.

A educação sexual emancipatória tem como objetivo levar as pessoas a tomarem decisões com maior autonomia e criticidade, além de buscar a equidade e contribuir para erradicar preconceitos; é uma abordagem que procura promover a liberdade, a autonomia e a igualdade de gênero, ao mesmo tempo que procura desafiar as normas e padrões sociais que perpetuam a opressão e a discriminação.

Para Cavalcanti (1993) a educação é processo amplo, que contribui para a modificação de atitudes habituais e auxiliar na tomada de decisões, já a instrução pode ser reconhecida como um processo de simples transmissão de informações. Dentro da educação está a instrução, é necessário transmitir conhecimentos e informações, mas junto a esse processo - e para além - está o conjunto das práticas educacionais que compõem o horizonte de processos da educação, usando o conhecimento formal constituído de maneira a contribuir para a formação do sujeito, e conseqüentemente, da sociedade. “Educar é um crescer de dentro para fora, fruto de um processo reflexivo; instruir é um crescer de fora para dentro, fruto de um processo positivo, quem ensina transmite conhecimentos; quem educa prepara o indivíduo para a vida, despertando nele todo o seu potencial de humanização” (Cavalcanti, 1993, p.167).

Para iniciar o trabalho em educação sexual é importante ter claro que todas as pessoas carregam em si valores que foram transmitidos pela família e costumes passados através da cultura local, pelos grupos étnicos ou comunitários a que pertence, de modo que a compreensão e o respeito precisam ser a base em qualquer ação. De acordo com Saito e Leal é importante “não imaginar o outro como conteúdo vazio a ser preenchido com os valores do orientador. Lembrar que educadores e educandos têm valores, histórias de vida e propostas diferentes que incluem inclusive, o exercício da sexualidade” (2000, p. 46).

Pode-se considerar a educação sexual emancipatória como uma ferramenta para auxiliar no desenvolvimento integral da pessoa, contribuindo para a promoção da saúde, da autoestima, na desconstrução de padrões sociais discriminatórios e opressores, podendo proporcionar uma vida mais livre e digna a todos. Trabalhar a educação sexual de maneira emancipatória vai além

do olhar exclusivo para o sexo, é ter um olhar para individualidade de cada pessoa, para o seu desenvolvimento particular. Saito e Leal consideram que é importante “...não encarar a sexualidade como sinônimo de sexo ou atividade sexual, mas, sim, como parte inerente do processo de desenvolvimento da personalidade” (2000, p.45).

Uma abordagem interessante é apresentada por Cavalcanti vinculando a educação sexual à felicidade individual e coletiva, atada à liberdade com responsabilidade. “Pois bem, a educação sexual deve estar a serviço da felicidade da pessoa humana, preparando-a para, através do uso responsável da liberdade, ser um agente eficaz de promoção da felicidade individual e coletiva” (1993, p.168). Em suas produções, Cavalcanti reforça a importância da educação sexual emancipatória e deixa mais claro ainda que a educação sexual não se reduz à prevenção da gravidez indesejada e às práticas sexuais, boas práticas de educação sexual estão associadas a resultados positivos no desenvolvimento psicossocial, favorecendo a capacidade de diálogo e a empatia, e contribuindo para o bem-estar e a autonomia dos indivíduos.

Dentro da perspectiva emancipatória o diálogo é uma das peças principais pois contribui para troca de ideias, o respeito mútuo e a construção de conhecimento coletivo. Para Figueiró “O conhecimento sobre e para o indivíduo necessita ser construído num ambiente que privilegie o diálogo com oportunidades de questionar e analisar situações” (2009, p.177) À falta desse espaço para troca de opiniões e informações, podem ser despertados sentimentos como a insegurança, a culpa, e o medo, impostos pela falta de ocasiões propícias para as pessoas, reconhecerem sua sexualidade, em sua individualidade, como algo normal, sem julgamentos e preconceitos, o diálogo é a base para educar para a sexualidade.

A educação sexual compreendida como parte integrante dos direitos humanos, assegura aos cidadãos, desde o seu nascimento, até a velhice, a garantia de uma educação que respeite a individualidade e a diversidade, construindo uma sociedade mais justa. Superando o moralismo, e desafiando os padrões sociais que disseminam a opressão e a discriminação, através do ensino do pensamento crítico e da valorização do diálogo, a educação sexual emancipatória busca contribuir para a construção de pessoas mais felizes, livres e capazes de tomar decisões mais conscientes.

A educação sexual emancipatória busca a equidade e contribui para erradicar preconceitos, é uma abordagem que procura promover a liberdade, a autonomia e a igualdade de gênero, ao mesmo tempo que procura desafiar as normas e padrões sociais que perpetuam a opressão e a discriminação. Para iniciar o trabalho em educação sexual é importante ter

claro que todas as pessoas carregam em si valores que foram transmitidos pela família e costumes passados através da cultura local, a compreensão e o respeito precisam ser a base em qualquer ação. De acordo com Saito e Leal é importante “não imaginar o outro como conteúdo vazio a ser preenchido com os valores do orientador. Lembrar que educadores e educandos têm valores, histórias de vida e propostas diferentes que incluem inclusive, o exercício da sexualidade” (2000, p. 46).

A educação sexual é um campo de conhecimento e prática pedagógica historicamente atravessado por disputas ideológicas, valores culturais e estruturas de poder, o que pode ser observado, por exemplo, nas tensões em torno da inclusão de discussões sobre gênero e sexualidade nos currículos escolares, frequentemente alvo de resistência de grupos que as interpretam como ameaças a tradições culturais ou religiosas. Diante disso, surge a necessidade de uma abordagem crítica, que vá além das práticas normativas e higienistas, propondo uma educação sexual emancipatória. Uma abordagem emancipatória se baseia em promover a autonomia dos indivíduos, respeitar a diversidade e questionar as relações sociais de gênero, sexualidade e poder.

A compreensão da sexualidade como dimensão humana, social e histórica exige que a educação sexual deixe de ser um espaço meramente informativo e passe a ser formativo. Segundo Paulo Freire (1996), ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, o que implica considerar a experiência dos sujeitos e promover um diálogo crítico com os conteúdos escolares. Nessa perspectiva, a sexualidade deve ser compreendida como prática discursiva e culturalmente situada, sendo educada de modo que favoreça o pensamento crítico e a autonomia moral.

Considerando a heterogeneidade presente nas salas de aula, a escola se torna um espaço privilegiado para a construção de saberes que respeitem a pluralidade de experiências e identidades sexuais. A educação sexual não deve reforçar padrões normativos de comportamento, mas sim abrir espaço para o questionamento de tais padrões e para o acolhimento das diferenças. Como aponta Butler (1990/2003), o gênero é performativo, o que significa que ele é produzido por práticas reiteradas e não por uma essência biológica.

A educação sexual emancipatória não pode ser neutra. Ela se insere no campo das disputas políticas e deve assumir-se como prática crítica. Nesse sentido, é importante que a escola promova a reflexão sobre as relações de poder que atravessam a sexualidade, problematizando desigualdades de gênero, sexismo, homofobia e outras formas de opressão. Essa dimensão política exige o reconhecimento de que o silêncio e a omissão também são

formas de discurso e que a ausência de uma abordagem crítica da sexualidade na escola contribui para a reprodução das desigualdades. A proposta emancipatória, portanto, inclui o enfrentamento dos tabus e o engajamento com os direitos sexuais e reprodutivos como parte dos direitos humanos.

## **2.2 – As Ofensivas antigênero**

Para abordar as ofensivas antigênero, inicialmente, se faz importante conhecer o que é a ideologia de gênero. Este termo tem sido utilizado por alguns grupos para se opor às políticas de igualdade de gênero, baseados em interpretações errôneas, ou, com sua definição distorcida, criar um pânico moral na sociedade.

Silva (2018) realizou uma pesquisa com a finalidade de analisar os diferentes significados para a expressão ideologia de gênero. Inicialmente, percebeu que os significados “variaram em função dos referenciais adotados e mesmo do ideal de sociedade que esses sujeitos buscam construir ao produzirem e publicarem seus artigos” (p.5), o que nos leva a perceber o interesse particular/ pessoal ao se usar esta expressão, a qual cada pessoa, em seu contexto social, faz uso da forma que lhe for mais conveniente, seja para se opor às ações que buscam a igualdade de gênero, seja com um viés político-religioso, com a finalidade de impedir a criação de dispositivos legais que garantam os direitos das mulheres e das pessoas LGBTQIAPN+. Após esta constatação, Silva (2018) dividiu os trabalhos analisados em grandes grupos, sendo eles: “o machismo e a LGBTfobia como ideologias de gênero; “Ideologia de Gênero” como um prelúdio do apocalipse moral (do ponto de vista religioso e do ponto de vista legislativo); e “Ideologia de Gênero” como uma falácia” (p.5). Mesmo dividindo em grupos, os significados se atravessam, o machismo, e LGBTfobia, a religião e a política estão presentes em diferentes graus nos grupos formados. Em suma, pode-se dizer que o termo "ideologia de gênero" atua como um termo-guarda-chuva que camufla o machismo, insinuando que as mulheres devem ser submissas e que a maternidade é seu único destino. Além disso, o termo é frequentemente usado como sinônimo de libertinismo sexual, incluindo práticas como pedofilia, zoofilia e necrofilia. Nesse contexto, religião e política atacam a ideia, apontando para o "fim da família" ao desconsiderar outras composições familiares. Utiliza-se da biologia para justificar a homofobia e o machismo, em discursos sem fundamento, visando a autopromoção em detrimento da marginalização de determinados grupos (Lima, 2018).

Miskolci (2018) compara o termo ideologia de gênero a um fantasma, “...um espectro que serve de eixo articulador de diferentes grupos de interesse que lutam contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos” (s/n). Para ele, o conceito une, de forma imaginária, a suposta ameaça do comunismo com o feminismo, criando um quadro político baseado no medo de mudanças nas relações entre homens e mulheres e, principalmente, na extensão de direitos aos homossexuais, interligando grupos que defendem pautas que almejam um retrocesso no que se diz respeito à cidadania e direitos humanos, desde a Constituição.

Dentre uma enorme quantidade de falas que apresentam o termo de maneira distorcida, provocando a alienação das pessoas e a autopromoção através da geração do pânico moral, duas destacam-se. Durante a sessão que decidiu sobre a abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 17 de maio de 2016, o Delegado Éder Mauro (PSD-PA), proferiu as seguintes palavras ao justificar seu voto:

“Eu, junto com meus filhos e minha esposa que formamos a família no Brasil, que tanto esses bandidos querem destruir com propostas de que crianças troquem de sexo e aprendam sexo nas escolas com seis anos de idade, meu voto é sim!” (Teixeira, 2016).

Durante seu discurso de posse, em janeiro de 2019, o ex-presidente Jair Bolsonaro, em diversas ocasiões se referiu à ideologia de gênero:

“Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade. E convido a todos para iniciarmos um movimento nesse sentido. Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão nosso Brasil. (...) Temos o grande desafio de enfrentar os efeitos da crise econômica, do desemprego recorde, da ideologização de nossas crianças, do desvirtuamento dos direitos humanos e da desconstrução da família.” (Ministério das Relações Exteriores, 2019).

Em ambos os discursos há referência sobre a família, mas qual família é essa? Nota-se que o conceito de família abordado é singular e excludente, para estes senhores a família cis-heteronormativa é a única que existe. Os Princípios de Yogyakarta, que versam sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero (2007), documento do qual o Brasil é signatário, aborda o direito à constituição familiar independentemente da orientação sexual ou identidade de gênero, e incube os Estados a tomar todas as medidas necessárias para garantir este direito. Porém, como evidenciado pelos discursos mencionados, são os representantes do Estado, indo na

contramão destes direitos. O alarmismo é outro ponto evidente nestes discursos, o uso de palavras de impacto e a criação de relação entre a educação sexual e o crime é chocante, induz as pessoas ao erro, e instiga a indignação por um assunto que tem como único intuito contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Sobre Bolsonaro, Miguel afirma que: “São frequentes declarações em que equivale negros e indígenas a animais, já defendeu a morte de homossexuais e afirmou a uma deputada que só não a estuprava porque ela ‘não merecia’” (2021, s/n).

A linha do tempo apresentada na página a seguir traz um breve resumo sobre o histórico das ofensivas antigênero, que será um pouco mais detalhado na sequência.

### 2.3 Análise Documental

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, em seu artigo 2, estabelece que:

“Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição” (ONU, 1948).

Apesar de, este documento existir há tantos anos, e ter prevalência universal, a luta pela igualdade de direitos faz parte da contemporaneidade. No Brasil, existem vários documentos que abordam a igualdade de direitos para toda a população, alguns serão analisados a seguir.

Os progressos alcançados nas políticas referentes às questões de gênero e sexualidade ocorreram simultaneamente com o processo de redemocratização no Brasil, entre os anos de 1975 e 1985, e se solidificaram com a criação da Constituição Federal em 1988, com conceitos claros sobre a promoção da liberdade e da igualdade (Ofensivas Antigênero no Brasil, 2021).

Criada em 1979, a “Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres”, foi aprovada em 1983 com reservas de alguns capítulos, revogada em 1994, e novamente aprovada em seu inteiro teor em 2002, ela é um exemplo claro das lutas pela igualdade de direitos. O Decreto nº 93, de 1983 aprova o texto da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, com reservas aos seus artigos 15, parágrafo 4º e 16, parágrafo 1º, alínea "a", "c", "g" e "h", evidenciando o preconceito em relação às mulheres em um documento que deveria promover justamente o oposto.

Figura 3: Linha do Tempo



Criação própria. Adaptado de Ofensivas Antigênero no Brasil – Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social



A título de conhecimento reproduzimos abaixo as reservas referentes à aprovação.

Artigo 15, parágrafo 4º:

“ 1. Os Estados-Partes reconhecerão à mulher a igualdade com o homem perante a lei. (...) 4º Os Estados-Partes concederão ao homem e à mulher os mesmos direitos no que respeita à legislação relativa ao direito das pessoas à liberdade de movimento e à liberdade de escolha de residência e domicílio”

Artigo 16, parágrafo 1º:

“ 1. Os Estados-Partes adotarão todas as medidas adequadas para eliminar a discriminação contra a mulher em todos os assuntos relativos ao casamento e às relações familiares e, em particular, com base na igualdade entre homens e mulheres, assegurarão: a) O mesmo direito de contrair matrimônio; (...) c) Os mesmos direitos e responsabilidades durante o casamento e por ocasião de sua dissolução; (...) g) Os mesmos direitos pessoais como marido e mulher, inclusive o direito de escolher sobrenome, profissão e ocupação; h) Os mesmos direitos a ambos os cônjuges em matéria de propriedade, aquisição, gestão, administração, gozo e disposição dos bens, tanto a título gratuito quanto à título oneroso”

No ano de 2002, através do Decreto nº 4377, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, determina que a Convenção “...será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém”, com apenas uma reserva referente ao artigo 29. Foram quase duas décadas em que este documento vigorou com as reservas válidas.

Em 1990 as reivindicações tomam a esfera internacional. A diplomacia brasileira participou de maneira ativa na Conferência das Nações Unidas, no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) e no Sistema Interamericano de Direitos Humanos, essas participações ecoaram contribuindo para consolidar as políticas desenvolvidas posteriormente. No mesmo período, cresceram os confrontos no âmbito legislativo, em decorrência do aumento do neoconservadorismo religioso. Em 1994, esses confrontos resultaram em obstáculos para o reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo (Ofensivas antigênero, 2021). Esta foi uma luta de muitos anos, com avanços e retrocessos, o primeiro projeto de lei para disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo foi proposto em 1995, pela então Deputada Marta Suplicy, e nunca foi votado. Em 2009, o PL 5167, proposto por Paes de Lira e Capitão Assunção, propôs que: “Nos termos constitucionais, nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou a entidade familiar” (Câmara Federal, 2009). Na justificativa da propositura os deputados mencionaram que a intenção seria aclarar a situação das pessoas do mesmo sexo e seus direitos, citaram trechos bíblicos, e se eximiram de qualquer tipo de preconceito:

“Preliminarmente, queremos deixar bem claro que não existe de nossa parte a intenção de discriminar ou violar direitos materiais de qualquer pessoa, pois esta atitude viria chocar-se aos valores cristãos dos autores e seria uma negativa, mas, ao mesmo tempo, temos que sair em defesa desses mesmos valores para manter a coerência de atitude e respeito à vontade do povo que nos elegeu”

Em 2011, o Supremo Tribunal Federal reconheceu por unanimidade a união estável entre pessoas do mesmo sexo em todo o território nacional.

No ano de 2003 aconteceu a criação da Secretaria Nacional de Política da Mulher, um marco importante na luta pela igualdade de direitos. Atualmente, dentro do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania há a Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN +. A Ministra dos Direitos Humanos e da Cidadania é a ativista Macaé Evaristo, presença marcante na luta pela educação e nas pautas antirracistas, reconhecida nacionalmente por seus trabalhos desenvolvidos. Entre 2019 e 2022, a Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos foi Damares Alves, uma pastora evangélica envolvida em diversas polêmicas sexistas. Sua nomeação e ações evidenciaram o forte conservadorismo no alto escalão do governo brasileiro.

Paralelamente à vitoriosa criação da Secretaria Nacional de Política da Mulher, o Deputado Elimar Damasceno, pela primeira vez, citou o termo ideologia de gênero, associando-o à má conduta sexual (Ofensivas Antigênero, 2011), e uma vez mais transmitindo à população uma perspectiva equivocada a respeito do termo.

Uma grande conquista, em 2006, foi a criação da Lei nº11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Esta lei criou “...mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher...” (Brasil, 2006, s/p.), sendo um importante marco na luta contra a violência de gênero no Brasil.

Entre conquistas e retrocessos, em 2007, na cidade de Aparecida, aconteceu a Conferência dos Bispos Católicos Latino-americanos (CELAM), onde estiveram reunidos cerca de 300 bispos, entre os assuntos abordados esteve a ideologia de gênero, em seu documento final há na redação um item apontando a ideologia de gênero como um risco à família.

“Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família” (V Conferência geral do episcopado latino-americano e do caribe, 2007, p.30).

Este documento final expõe os ataques da igreja católica às lutas por igualdade de gênero e pela educação sexual emancipatória.

Após 2007, nosso país viveu uma sequência de retrocessos e cada vez mais a ascensão do conservadorismo religioso. Em 2010, surgiram várias polêmicas em relação ao III Plano Nacional de Direitos Humanos, relacionadas aos direitos LGBTQIAPN+, aborto e outros. Em 2011, aconteceu a suspensão do Programa Educação Sem Homofobia que tinha como objetivo combater a homofobia e discriminação nas escolas, conhecido vulgarmente como “kit gay”. Tal movimento foi encabeçado pelo então deputado Jair Bolsonaro, e teve a bancada evangélica como principal apoiadora, embora em menor número, se comparados com os católicos, os evangélicos conseguiram chamar a atenção da mídia “roubando a cena”, e passando a idéia de que eram apenas eles a lutarem contra essa ameaça ((Miskolci, 2018). Os ataques ao “kit gay” foram o destaque na campanha de Jair Bolsonaro à presidência, juntamente com a disseminação de desinformação nas redes sociais, associadas à destruição dos valores morais da sociedade, como a suposta distribuição de mamadeiras com formato de pênis às crianças (Miguel, 2021).

As discussões sobre o Plano Nacional de Educação (2014 a 2024) foram mais um catalisador para evidenciar a força do neoconservadorismo, no combate à ideologia de gênero, forçando a retirada do plano dos termos gênero e sexualidade (Ofensivas antigênero, 2021). Em 2015, para discutir os planos estaduais e municipais de educação, a ideologia de gênero recebeu grande destaque novamente, no alvo de laicos, evangélicos e católicos, como uma ameaça às crianças e à família (Miskolci, 2018)

Em visita ao Brasil em 2017, a filósofa Judith Butler sofreu ataques e perseguição. Miskolci (2018) analisa e compara estes ataques como se Butler fosse a materialização da teoria distorcida sobre a ideologia de gênero, “... como se encarnasse não a filósofa que conhecemos - engajada na luta pelos direitos humanos -, antes alguém cujas ideias ameaçariam nossas crianças” (s/n).

O resultado das eleições de 2018 evidencia a capacidade de promoção do pânico moral, promovido pelo candidato vitorioso e seu grupo. Para a disseminação deste pânico moral, atacaram os movimentos sociais que buscam a igualdade de direitos, associando a ideologia de gênero a uma ameaça aos valores da família tradicional (Miguel, 2021).

### 3. Trajetória Metodológica

Esta pesquisa utilizou uma abordagem qualitativa e exploratória para investigar em que medida as ofensivas antigênero impactam a promoção de uma educação sexual emancipatória no país. Essa abordagem permitiu uma compreensão aprofundada e contextualizada da complexa relação entre as ofensivas antigênero e a educação sexual emancipatória, permitindo uma análise detalhada dos dados, identificando nuances e complexidades, e favorecendo um melhor entendimento da realidade estudada.

De acordo com Minayo “a abordagem qualitativa realiza uma aproximação fundamental e de intimidade entre sujeito e objeto, uma vez que ambos são da mesma natureza: ela se envolve com empatia aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas” (1993, p.244), possibilitando desta forma uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos estudados.

O instrumento de coleta de dados consistiu na análise documental do relatório "Ofensivas antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação e Mobilização Social" além de outras fontes acadêmicas relevantes, identificadas por meio da pesquisa bibliográfica. Os dados coletados foram submetidos à análise qualitativa.

Inicialmente realizou-se uma leitura flutuante do material, com o intuito de obter uma visão geral sobre o tema. Na sequência, procedeu-se a uma segunda leitura, identificando e marcando temas relevantes, para serem categorizados posteriormente. Após a categorização os dados foram analisados e interpretados, estabelecendo-se relações com a bibliografia utilizada e com os objetivos propostos.

Considerando o objetivo deste estudo, optou-se pelos seguintes recortes analíticos: restrição à formação crítica dos estudantes; perpetuação da discriminação e da exclusão; censura de debates sobre gênero e sexualidade contribuindo para a desinformação.

#### **4. Discussão crítica após análise do relatório**

Neste capítulo, apresentaremos os resultados obtidos após a coleta dos dados durante a leitura do documento “Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, legislação, mobilização social” (2021).

##### **4.1 Apresentando o relatório “Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, legislação, mobilização social”**

O documento “Ofensivas Antigênero no Brasil: Políticas de Estado, Legislação, Mobilização Social” foi preparado a pedido de Víctor Madrigal, especialista independente da ONU para Orientação Sexual, Identidade de Gênero e Direitos Humanos. Foi elaborado por diversas organizações da sociedade civil brasileira, incluindo Ação Educativa, ABGLT, ANTRA, Conectas e outras.

O documento tece uma análise crítica e detalhada de como o discurso antigênero deixou de ser apenas uma teoria do campo moral e religioso para se transformar em uma política institucionalizada, com impactos concretos. Foi analisado o período de 2019 a 2021, os avanços e retrocessos que aconteceram neste período, apontando principalmente, a mobilização política no retrocesso das conquistas de direitos por diversos grupos. Neste período o cenário político e social brasileiro foi marcado por uma polarização ideológica intensa, na qual a questão de gênero e sexualidade se tornou um ponto central de disputa

Nas últimas décadas, o Brasil tem testemunhado o fortalecimento de movimentos conservadores que articulam discursos e práticas políticas orientadas pelo combate ao que denominam “ideologia de gênero”. Essas ações, muitas vezes legitimadas por setores do Estado, configuram um cenário preocupante de censura, desinformação e violação de direitos fundamentais.

A colaboração de diversas organizações da sociedade civil na produção deste relatório demonstra uma preocupação compartilhada e um esforço coordenado para documentar e responder a essas ofensivas, evidenciando a amplitude do impacto e a necessidade de uma resposta unificada por parte de diferentes setores dedicados aos direitos humanos e à educação.

##### **4.2 Educação sexual emancipatória nas baías dos ataques antigênero**

As ofensivas antigênero representam um obstáculo no desenvolvimento de uma educação sexual emancipatória, dificultando principalmente o acesso à informação e ao espaço aberto ao amplo debate.

O documento “Ofensivas Antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social” apresenta um conteúdo denso e fundamentado, reunindo ampla variedade de dados e evidências, o que possibilita múltiplos recortes analíticos e interpretações. Neste trabalho optamos por analisar os impactos das ofensivas antigênero principalmente nas áreas: de perpetuação da discriminação; de restrição à formação crítica dos estudantes; da censura de debates sobre gênero e sexualidade contribuindo para a desinformação, temas estes que serão apresentados abaixo.

#### **4.2.1 Restrição à formação crítica dos estudantes**

A educação sexual emancipatória vem para contribuir com a formação crítica dos estudantes, porém, esta pauta não está livre da resistência dos movimentos antigênero. De acordo com o documento analisado, as forças antigênero têm feito do gênero e sexualidade na educação seu principal alvo de ataque desde o início da década de 2010, desencadeando uma série de ofensivas que buscam limitar a discussão desses temas nos espaços educacionais, um exemplo popular dessa ofensiva pode ser observado nos debates sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, uma pressão exercida por grupos conservadores culminou na eliminação das pautas de gênero e sexualidade do documento final, preterindo a inclusão desses conteúdos a decisões dos legislativos estaduais e municipais, essa recomendação acarretou em desdobramentos significativos, desencadeando uma avalanche de projetos de lei que visavam eliminar o termo “gênero” dos planos educacionais estaduais e municipais.

Dentre as inverdades disseminadas pelo movimento antigênero está a crença de que a educação sexual, abordando gênero e sexualidade seriam “...um incentivo à pornografia infantil..., ou então, argumentam que a propagação da ideologia de gênero é violência institucional” (Relatório Ofensivas Antigênero, 2021, p.34), despautério que vem justamente em oposição da emancipação, que prevê dotar os sujeitos de conhecimentos para tenham liberdade em suas escolhas e clareza sobre as consequências de correntes destas, o que resultada em uma maior consciência em suas decisões.

A crescente proposição de legislações antigênero é extremamente prejudicial ao ambiente escolar, pois gera um ambiente de insegurança entre os principais atores educacionais, como alunos, professores e famílias. Conforme já citado, o movimento antigênero aposta na instigação do pânico moral, o movimento Escola Sem Partido, propagando a desinformação, disseminou a informação que as escolas estavam proibidas de trabalhar com temas voltados ao gênero e à sexualidade, e promoveram perseguições a

professoras e professores que descumprissem tal ordem, ampliando o clima de censura e de tensão entre a comunidade escolar.

De acordo com o ROAB, até o final de 2020 foram propostos cerca de 129 projetos de lei e similares com cunho antigênero, dentre estes está projeto de lei nº 4893/2020, de autoria do Deputado Federal Léo Motta (Republicanos), que “Tipifica como crime a conduta de quem, nas dependências das instituições da rede municipal, estadual e federal de ensino, adote, divulgue, realize, ou organize política de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatório, complementar ou facultativa, ou ainda atividades culturais que tenham como conteúdo a ideologia de gênero”. O Deputado usa como justificativa: “A sociedade brasileira não pode permitir que crianças sejam submetidas ao movimento que visa promover a igualdade de gênero com o entendimento adotado por seus defensores, mesmo quando seus pais são contrários. Ressalta-se que não se está querendo criminalizar o movimento, tendo em vista ser legítimo sob a ótica da pluralidade de pensamento garantida pela Constituição, mas sim, criminalizar o uso do sistema de ensino para incutir a força tal ideologia em nossas crianças”. Estas proposições inflamam o pânico entre os professores que se veem ameaçados e perseguidos, e entre as famílias que na particularidade de não ter informações suficientes a respeito de tema, tomam para si que trabalhar assuntos relacionados à educação sexual é um risco a que as crianças e adolescentes estão expostos.

Entre diversos casos de ataques e perseguições a professores que levaram para a sala de aula temas relacionados à sexualidade e gênero, o jornal El País apresenta o caso da professora de inglês Virgínia Ferreira. Após ser gravada por uma aluna em uma aula sobre feminismo e violência contra as mulheres, teve seu vídeo divulgado em redes sociais, foi processada, investigada e ameaçada. Seu processo foi arquivado por não haver irregularidades em seu trabalho. À época, Virgínia era professora na cidade de Vinhedo, que tem como característica o conservadorismo. A constante ameaça de denúncias de pais, acusações de "doutrinação" e potenciais repercussões legais, mesmo que infundadas, levou muitos educadores a evitarem discutir tópicos sensíveis relacionados a gênero e sexualidade para proteger sua segurança profissional e bem-estar pessoal.

Outra questão importante que o ROAB nos traz é a promoção de modalidades alternativas de educação, como o homeschooling (Educação Domiciliar - ED) e as escolas "Cívico-Militares", tendo como justificativa por seus defensores que seria uma forma de proteger as crianças dos supostos perigos da ideologia de gênero presentes nas escolas tradicionais.

Além das legislações que visam coibir o trabalho dos professores criminalizando os temas abordados em sala de aula, há também as interferências nos materiais e no vocabulário utilizado. Há projetos de lei que visam proibir o uso de linguagem neutra nas escolas e outros serviços públicos, o que vai na contramão do reconhecimento, da inclusão e do respeito a identidades não binárias. A proibição do uso de escrita inclusiva e o repúdio à linguagem neutra, frequentemente associados à ideologia de gênero, refletem uma resistência à adoção de práticas linguísticas que buscam reconhecer e respeitar a diversidade de gênero. Essa postura exclui as pessoas não binárias, que encontram na linguagem neutra uma forma de ver suas identidades validadas e respeitadas. Ao restringir o uso de linguagem inclusiva, esses projetos de lei não apenas limitam a expressão de identidades diversas, mas também perpetuam um ambiente de invisibilidade e exclusão (ROAB). Em 2012, a Secretaria Municipal de Educação de Santo André, por meio da Resolução nº 03, proibiu o uso de vocábulos não reconhecidos oficialmente na língua portuguesa por parte dos servidores, sob pena de responsabilização funcional.

Tais ações excludentes e preconceituosas, praticadas por autoridades Estaduais, instigam os educandos a repetir e perpetuar comportamentos deste tipo no ambiente escolar, dificultando ou impedindo a emancipação sexual da sociedade.

A ausência de debates abertos, inclusivos e informados sobre gênero e sexualidade acarreta uma série de impactos negativos no desenvolvimento social, emocional e cognitivo dos jovens estudantes. Essa falta de discussão pode dificultar a capacidade dos jovens de compreenderem a si mesmos e aos outros, de navegarem em relacionamentos sociais e de desenvolverem uma compreensão abrangente do mundo ao seu redor. Os efeitos adversos na saúde mental e no bem-estar dos estudantes são significativos, especialmente para aqueles que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros ou outras minorias de gênero e sexuais (LGBT+), ou para aqueles que não se conformam às normas de gênero tradicionais e frequentemente restritivas (Brasil, 2017).

#### **4.2.2 Perpetuação da discriminação e da exclusão**

A icônica frase proferida pela então Ministra Damares Alves, em 2019, na ocasião de sua posse, é uma das grandes evidências da perpetuação da discriminação e da exclusão do governo em questão. “É uma nova era no Brasil: menino veste azul, menina veste rosa” (Alves, 2019), excluir a diversidade de gêneros em sua fala, negar a diversidade de orientações sexuais, mostra sua oposição à liberdade que faz parte dos direitos humanos, e evidencia a valorização



do conservadorismo. A organização ministerial contou com uma unidade exclusiva para proteção da família, porém, sem considerar a diversidade existente no país.

De acordo com o ROAB, em 2019, o então Presidente Jair Messias Bolsonaro, em uma live, rasgou um manual criado pelo Ministério da Saúde sobre prevenção às IST's sob a justificativa de estar protegendo valores familiares, porém, a qual família ele se referia? O ROAB apresenta que as famílias brasileiras são muito heterogêneas, em 2015, cerca de 43% (ou 28 milhões) de famílias eram chefiadas por mulheres. O Decreto da Presidência da República 10.570, de 9 de dezembro de 2020, instituiu a Estratégia Nacional de Fortalecimento dos Vínculos Familiares e criou um Comitê Ministerial de Monitoramento para essa política. Um dos pontos destacados do decreto é o estabelecimento de uma nova linha de investimentos financeiros para a formação de recursos humanos em áreas estratégicas relacionadas à família, bem como para o aprimoramento da pesquisa em ciências sociais sobre essa temática. Para esse fim, foram destinados 2,5 milhões de reais. No entanto, a Ministra Alves, em alinhamento com as declarações presidenciais, teceu críticas veementes sobre o campo de pesquisas acadêmicas sobre sexualidade e diversidade de gênero, qualificando-o como "imoral" ou "inútil". Ao rotular os estudos de gênero e os direitos LGBTQ+ como uma "ideologia", buscou-se deslegitimá-los como meras crenças em vez de áreas legítimas de investigação acadêmica e preocupações de direitos humanos, justificando assim a censura e a discriminação. Essa postura contrasta com a importância da educação sexual emancipatória, que visa promover uma compreensão abrangente e respeitosa da sexualidade, fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. A alocação de recursos para estudos sobre a família, em detrimento de pesquisas sobre sexualidade e gênero, reflete uma escolha política que pode impactar negativamente a produção de conhecimento e a implementação de políticas públicas para as diversidades e subjetividades. A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP) emitiu uma nota em contestação ao referido edital. Nesta nota aponta inicialmente o tratamento de família no singular, o que desconsidera as diversidades familiares, além de indicar o entendimento de família somente pela perspectiva das parentalidades, reafirmando que o núcleo familiar é um lugar de segurança e proteção, enquanto é comprovado através de diversas pesquisas que as famílias podem ter práticas abusivas e violentas, violando os direitos humanos. Em um pronunciamento, Damares Alves diz que através deste edital a academia não irá formar doutores em saunas gay ou orgias, mais uma vez diminuindo os estudos realizados na área da sexualidade.

Assim como a “higienização” dos livros didáticos, o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) se empenhou em excluir dos documentos oficiais termos relacionados à gênero (ROAB). A exclusão de termos relacionados à gênero em documentos oficiais pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos reflete uma estratégia de controle sobre a linguagem e o conteúdo das políticas públicas. Essa “higienização” dos documentos, em paralelo com a realizada nos livros didáticos, sugere uma tentativa sistemática de limitar a discussão sobre gênero e igualdade, potencialmente comprometendo a eficácia das políticas públicas destinadas a promover a equidade e combater a discriminação, mais uma vez indo na contramão da emancipação sexual, o que pode ser interpretado como mais uma forma de censura visando negar a visibilidade e o reconhecimento de identidades de gênero não binárias

Contribuindo para a exclusão da diversidade, a Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) tem promovido palestras e cursos com conteúdo que critica abertamente a perspectiva de gênero, especialmente no que diz respeito aos direitos de identidade de gênero na infância e adolescência (ROAB). Tal disparate nos leva a pensar sobre a normatização da exclusão e do preconceito principalmente na alta cúpula federal.

Quando as autoridades máximas do Estado expressam discursos e posições contrárias à perspectiva de gênero, isso pode mobilizar sentimentos e afetos antigênero, além de aversão a princípios de direitos humanos e antidiscriminação. Tais manifestações têm efeitos prejudiciais tanto na sociedade quanto nas esferas institucionais. Além disso, esses atos e a linguagem que os acompanham podem contribuir para o aumento da violência baseada no gênero contra mulheres, mulheres trans e travestis, mesmo que essa relação causal seja complexa e difícil de quantificar.

#### **4.2.3 Censura de debates sobre gênero e sexualidade contribuindo para a desinformação**

O cenário político de 2019 foi marcado por uma crescente censura de debates sobre gênero e sexualidade, fortemente influenciado pelo neoconservadorismo religioso, especialmente de matriz evangélica. Essa tendência refletiu no repúdio ao gênero, anunciado de forma categórica em discursos políticos, como o de posse do novo presidente. Tal postura sugere uma tentativa de limitar a discussão e a promoção da igualdade de gênero, potencialmente comprometendo os avanços alcançados em termos de direitos e respeito à diversidade.

Em uma sociedade contemporânea marcada pela diversidade de identidades e experiências, o debate aberto e informado sobre gênero e sexualidade em ambientes educacionais se revela de fundamental importância. Essas discussões contribuem para o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda das diferentes formas de ser e existir, promovem o respeito e a empatia entre os indivíduos, e fornecem aos jovens as ferramentas necessárias para desenvolverem um pensamento crítico acerca de questões sociais complexas.

Durante o período analisado, observou-se uma crescente censura de debates cruciais de temas relacionados à sexualidade e ao gênero, podendo atribuir a este fenômeno a disseminação de desinformação que acarretou em prejuízos significativos para a formação educacional e o bem-estar da juventude brasileira.

O ataque contra Judith Butler em 2017, marcado pela queima de uma efígie da filósofa como bruxa, exemplifica a violência simbólica e a intolerância que caracterizam as ofensivas antigênero no Brasil. O protesto, marcado pela queima de uma efígie de Butler retratada como bruxa, revela a demonização de figuras que desafiam as normas tradicionais de gênero e sexualidade. A escolha da imagem da "bruxa" evoca um passado de perseguição e estigmatização de indivíduos considerados desviantes ou ameaçadores à ordem estabelecida. No contexto contemporâneo, essa representação busca gerar um pânico moral e deslegitimar as teorias e os movimentos que promovem a igualdade de gênero e os direitos LGBTQIAPN+. Nesse contexto, a educação sexual emancipatória, que visa promover uma compreensão crítica e respeitosa da sexualidade, torna-se um alvo estratégico dessas ofensivas, que buscam impor uma visão conservadora e limitadora da liberdade e da igualdade de gênero.

A postura do governo federal durante o período eleitoral e pós-eleitoral demonstra que houve um esforço deliberado para desconstruir políticas existentes e criar um ambiente desfavorável às discussões sobre gênero e sexualidade. As mudanças nas políticas de saúde e cultura evidenciam uma tentativa de apagar ou marginalizar as questões LGBTQIAPN+ da esfera pública, representando uma mudança de uma postura de relativa tolerância para uma de oposição e supressão ativa.

Silva (2021) considera que a utilização estratégica do termo "ideologia de gênero" serviu como um instrumento político eficaz para mobilizar setores conservadores da sociedade e justificar a implementação de políticas e leis restritivas.

As tentativas alarmantes de criminalizar qualquer discussão sobre gênero e sexualidade em ambientes educacionais representam uma escalada perigosa da ofensiva antigênero, indo além da mera proibição para enquadrar essas questões acadêmicas e sociais essenciais como

atividades prejudiciais ou ilegais, com potenciais consequências legais severas para os educadores. A censura de debates abertos e informados sobre gênero e sexualidade desempenha um papel crucial na facilitação da disseminação generalizada de desinformação, ao limitar ativamente o acesso a informações precisas, baseadas em evidências científicas. O artigo ‘Desinformação sobre gênero e sexualidade e as disputas pelos limites da moralidade’ oferece uma análise detalhada dessa desinformação e nos apresenta que “...o Brasil vem ocupando a liderança no ranking das nações em que a população mais se diz apreensiva por não saber discernir o que é real e o que é falso na internet” (Lelo e Caminhas, 2021, p.180). As campanhas de desinformação frequentemente tinham como alvo específico materiais educacionais e professores, acusando-os falsamente de promover a "sexualização precoce" de crianças ou de minar os valores familiares estabelecidos. O impacto dessa disseminação constante de desinformação na percepção pública foi significativo, contribuindo para a criação de um ambiente hostil e discriminatório para indivíduos LGBTQIAPN+ e para aqueles que defendem a igualdade de gênero e a educação inclusiva. As campanhas de desinformação relacionadas a gênero e sexualidade frequentemente exploram ansiedades sociais preexistentes, preconceitos culturais e sensibilidades morais profundamente arraigadas na população para obter ampla adesão e reforçar visões de mundo conservadoras. De acordo com Lelo e Caminhas (2021) as campanhas de desinformação relacionadas a gênero e sexualidade frequentemente exploram ansiedades sociais preexistentes, preconceitos culturais e sensibilidades morais profundamente arraigadas na população para obter ampla adesão e reforçar visões de mundo conservadoras. Essas campanhas frequentemente exploram temores sobre a suposta erosão das estruturas familiares tradicionais, preocupações com a inocência das crianças e ansiedades sobre a mudança social, tornando-as particularmente eficazes na mobilização da oposição às discussões sobre diversidade de gênero e sexual.

## 5. Considerações Finais

A partir da análise do relatório “Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação e mobilização social” (2021), verificou-se como o avanço de discursos conservadores, por vezes, institucionalizados pelo próprio Estado, têm comprometido não apenas a implementação de políticas públicas voltadas à igualdade de gênero, mas também gerado limites e desafios para a efetividade de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade de gênero e promovam a cidadania.

Tornou-se perceptível que a efetivação da educação sexual emancipatória tem enfrentado progressivos obstáculos às suas práticas e ao reconhecimento social dos aspectos positivos da educação sexual, assim como a inclusão de suas diretrizes nas políticas públicas do Estado brasileiro desde 2010, pelo menos, conforme o apanhado histórico, feito pelo referido relatório. O principal fator por trás desse atraso, no que diz respeito ao reconhecimento e à implementação de uma educação sexual de caráter emancipatório, está no fomento social e político de um discurso moralista que combate a discussão das questões de gênero e sexualidade. Uma das maiores contribuições do relatório das ofensivas antigênero, por sua vez, foi apontar que, especialmente, entre os anos de 2019 e 2021, esse discurso sócio normatizador e suas representações sociais tornaram-se organizados e ganharam apoio político-partidário e estatal, através de uma conjuntura marcada por projetos de lei, discursos públicos e por práticas que visavam a censurar conteúdos sobre gênero e sexualidade nos espaços escolares.

Os dados analisados demonstram que tais ofensivas resultam na restrição do pensamento crítico, na perpetuação de estigmas e na exclusão de grupos historicamente marginalizados, especialmente mulheres e pessoas LGBTQ+. Ao deslegitimar o debate sobre gênero e ao promover o pânico moral, essas iniciativas comprometem a formação integral dos sujeitos e aprofundam desigualdades sociais.

Além disso, as investidas contra uma abordagem crítica e emancipatória da sexualidade produzem efeitos diretos sobre a saúde mental e física de crianças e adolescentes, limitando sua capacidade de tomar decisões conscientes sobre seus corpos e suas relações. O desmonte de políticas públicas e a criminalização simbólica de educadores que abordam tais temas configuram um cenário de censura e desinformação. Diante disso, reafirma-se a necessidade de fortalecer os espaços educativos como ambientes de liberdade, respeito e construção do pensamento crítico. A promoção da educação sexual emancipatória, em sua dimensão

pedagógica e política, constitui um caminho potente para combater as desigualdades, prevenir violências e garantir os direitos humanos.

Esta pesquisa reforça que o enfrentamento às ofensivas antigênero passa necessariamente pelo fortalecimento da formação docente, pelo compromisso com os princípios democráticos e pela valorização de práticas pedagógicas que desafiem as normativas excludentes. A educação sexual emancipatória, nesse contexto, se consolida como uma prática de resistência e uma via fundamental para a construção de uma sociedade plural, crítica e solidária.

## 7. Referências:

- Ação Educativa; ABRALT; ABGLT; CLADEM/Brasil; Conectas Direitos Humanos; Gênero e Educação; IPAS; Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+ da Universidade Federal de Minas Gerais. (2021). *Ofensivas antigênero no Brasil: políticas de Estado, legislação, mobilização social*. <https://www.conectas.org/wp-content/uploads/2021/10/E-book-SOGI-21102021.pdf>
- Alves D., 2019 (vídeo da Damares azul/rosa)
- Artigo 19 Brasil e América do Sul e Gestos-Soropositividade, Comunicação e Gênero. (2021). V Relatório luz da sociedade civil. Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil.
- Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. Manifestação ANPEPP - GTS da ANPEPP “psicologia, política e sexualidades” e “psicologia e estudos de gênero” em relação ao edital “famílias e políticas públicas no Brasil”. 2021
- Barbosa, L. U., Viçosa, C. S. C. L., & Folmer, V. (2019). A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 11(10), e772-e772.
- Betim, F. (2020). Professora de inglês sofre processo disciplinar por falar sobre feminismo em cidade berço do MBL. El País. 17 de fevereiro de 2020. Acessado em 26/04/2025. <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-17/professora-de-ingles-sofre-processo-disciplinar-por-falar-sobre-feminismo-em-cidade-berco-do-mbl.html>
- Brasil, Ministério da Saúde, Saúde e sexualidade de adolescentes, 2017. Acessado em 26/04/2025. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_sexualidade\\_adolescente\\_construindo\\_equidade\\_sus.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexualidade_adolescente_construindo_equidade_sus.pdf)
- Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1990).

Câmara Federal (2009). Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=653047&filename=PL%205167/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=653047&filename=PL%205167/2009) . Acesso em 18/03/2025.

da Cunha Cavalcanti, R. (1993). Educação Sexual no Brasil e na América Latina. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 4(2).

Conselho Episcopal Latino-Americano. (2007). *Documento conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe: Aparecida, Brasil, 13 a 31 de maio de 2007*. CELAM. <https://www.celam.org/aparecida/>

Dicio. (s.d.). Conservadorismo. Dicionário Online de Português. Recuperado em 15 de agosto de 2025.

Ferreira, S. L. (2009). Eu amo, tu amas, eles amam: a afetividade-sexualidade de jovens e adultos com deficiência mental1. *Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum*, 39.

Figueiró, M. N. D. (1996). A produção teórica no Brasil sobre educação sexual. *Cadernos de Pesquisa*, (98), 50-63.

Figueiró, M. N. D. (2009). Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. *Educação sexual: múltiplos temas, compromisso comum*. Londrina: UEL, 141-172.

Figueiró, M. N. D. (Org.). (2009). *Educação sexual: em busca de mudanças*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina.

Figueiró, M. N. D., & Molina L.P.P. (2016). Quanta falta está fazendo a Educação Sexual nas escolas!. Acesso: <https://www.maryneidefigueiro.com.br/portal/quanta-falta-esta-fazendo-a-educacao-sexual-nas-escolas-> (06-04-2025)

Figueiró, M.N.D. (2011). *Educação Sexual: Retomando uma uma proposta, um desafio* (3 ed.). EDUEL

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*.

Furlani, J. (2005). O bicho vai pegar!: um olhar pós-estruturalista à educação sexual a partir de livros paradidáticos infantis.

Furlani, J. (2017). Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. *Autêntica*.

Lelo, T. V., & CAMINHAS, L. (2021). Desinformações sobre gênero e sexualidade e as disputas pelos limites da moralidade. *Matrizes*, 15(2), 179-203.

Maia, A. C. B., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Educação sexual: princípios para ação. *doxa*, 15(1), 75-84.



- Malta, D. C., Silva, M. A. I., Mello, F. C. M. D., Monteiro, R. A., Porto, D. L., Sardinha, L. M. V., & Freitas, P. C. D. (2011). Saúde sexual dos adolescentes segundo a Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares. *Revista brasileira de epidemiologia*, 14, 147-156.
- Miguel, L. F. (2021). O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. *Cadernos pagu*, e216216.
- Ministério das Relações Exteriores (2019). Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial – Brasília, 1º de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/jair-messias-bolsonaro-2019-2022/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019> Acesso em 18/03/2025
- Miskolci, R. (2018). Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *cadernos pagu*, e185302.
- Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/> . Acesso em 10/03/2025.
- ONU – Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139423>. Acesso em: 18 mar. 2025.
- Princípios de Yogyakarta. Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2007. Disponível em: [https://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](https://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf) Acesso em: 18 mar de 2025.
- Ribeiro, P. R. M. (2004). Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. *Sexualidade e educação: aproximações necessárias*. São Paulo: Arte & ciência, 15-25.
- Saramago, J. (1994). *A jangada de pedra*. Companhia das Letras.
- Saito, M. I., & Leal, M. M. (2000). Educação sexual na escola. *Pediatria*, 22(1), 44-48.
- Silva, E. L. S. (2021). Neoconservadorismo e Ofensivas antigênero no Brasil: A mobilização da “Ideologia de Gênero” e a produção de LGBTfobias no Governo Bolsonaro. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 4(14), 331-363.

Teixeira, Z. E. (2016). As pérolas do domingo de votação na Câmara. Revista Época.  
Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/04/perolas-do-domingo-de-votacao-na-camara.html> Acesso em 25/03/2025.